



DIÁRIO TUCANO

INFORMATIVO DAS BANCADAS DO PSDB NA CÂMARA E NO SENADO

Nº 1662, QUINTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2011

PSDB insistirá em convocação de Palocci para esclarecer evolução suspeita de patrimônio

A base do governo na Câmara blindou o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, para evitar que o petista esclareça ao Congresso e à sociedade a denúncia sobre seu enriquecimento repentino. Nessa quarta-feira (18), uma manobra governista impediu a realização das reuniões deliberativas de comissões permanentes, o que cancelou a votação dos pedidos apresentados pela oposição de convite a Palocci.

Em resposta à manobra, PSDB e DEM apresentaram requerimentos em plenário convocando o braço direito de Dilma. No entanto, mais uma vez o dever de fiscalização do Legislativo foi esmagado por ordem do Palácio do Planalto, que mobilizou os aliados para impedir a convocação.

O líder tucano, deputado **Duarte Nogueira (SP)**, avisou: novas propostas de convite ou convocação ao ministro poderão ser apresentadas nas comissões e o partido insistirá na ida de Palocci à Câmara. “O que a base do governo está impondo a este Parlamento é amordaçar o direito de se manifestar, de propor a fiscalização e convocar um ministro para prestar esclarecimentos à opinião pública. Qual democracia deste planeta tem uma autoridade que teve o patrimônio multiplicado por 20 ao longo de quatro anos e não o chamaria para prestar esclarecimentos à sociedade?”, questionou, ao se referir à denúncia publicada no domingo pela “Folha de S.Paulo”.

Para o tucano, a insistência do governo em evitar a presença de Palocci no Congresso gera desconfiança. “O que tem a esconder a base governista para impedir que o Par-

lamento fiscalize os atos do Executivo?”, indagou Nogueira da tribuna.

O líder sugeriu que a Mesa Diretora da Casa fizesse um acordo com Palocci para promover a visita. A sugestão também foi ignorada pelos deputados que apoiam Dilma. Segundo ele, o ministro teria a oportunidade de provar que não tem nada de irregular em relação aos bens.

Também em plenário, o líder da Minoria, deputado **Paulo Abi-Ackel (MG)**, afirmou que Palocci deve esclarecimentos e não vê razões para que o petista não vá à Câmara. Na avaliação do deputado **Vanderlei Macris (SP)**, vice-líder tucano, o ministro tem obrigação de prestar contas à sociedade em razão do cargo que ocupa. “A estratégia de blindagem que o governo adotou é suicida, pois se ele não deve nada, tem que vir se explicar, como faria em qualquer democracia do mundo”, disse.



Manobra esvazia comissão

Havia a expectativa de que a Comissão de Fiscalização Financeira votasse ontem (18) requerimento apresentado por Vanderlei Macris que convidava o braço direito de Dilma para ir à Câmara. No entanto, como destacaram lideranças tucanas em plenário, o governo optou pelo autoritarismo e passou o rolo compressor no Congresso para manter o ensurdecido silêncio de Palocci.



- Ministro da Casa Civil tem obrigação de falar sobre a natureza dos serviços prestados
- Petista e governo deveriam deixar estratégia da confusão de lado, destaca ITV

Sérgio Guerra: como homem público, braço direito de Dilma precisa dar explicações

O presidente do PSDB Nacional, deputado **Sérgio Guerra (PE)**, afirmou nessa quarta-feira (18) que o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, precisará se explicar sobre o crescimento súbito de patrimônio. “Se ele está seguro, não custa nada falar”, afirmou.

Segundo Guerra, o fato de Palocci ser um homem público o coloca em uma categoria onde as explicações envolvem “inevitavelmente” a vida privada. Na avaliação do tucano, o braço direito da presidente Dilma Rousseff não poderia ter alternativa. “Se a falta de explicações por parte de mensaleiros não é acei-

ta, no caso de Palocci, esse desleixo é ainda muito mais grave e inaceitável”, disse.

O tucano avaliou ainda que a tática do PT de distribuir acusações aos ministros de governos anteriores é “reincidente” e “inaceitável”. “Toda vez que o PT é acusado, o partido remete aos outros as responsabilidades sobre as explicações que deveriam ser dadas por ele próprio”, comentou. Na tentativa de evitar o convite a Palocci, a Casa Civil enviou na última terça-feira (17) uma mensagem a deputados e senadores listando ex-ministros do governo Fernando Henrique Cardoso que abriram empresas de consultoria.

“Se ele está seguro, não custa nada falar.”

■ Deputado **Sérgio Guerra (PE)**, presidente do PSDB

Bancada tucana pede ao presidente do BC informações a respeito da criação de comitê

O líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**, vai apresentar requerimento à Comissão de Finanças e Tributação convidando o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, a prestar esclarecimentos sobre a criação do Comitê de Estabilidade Financeira.

Na opinião do parlamentar, o comitê pode ser um indício de dificuldade da economia brasileira. “A preservação da estabilidade financeira já é uma atribuição do Banco Central. Ou a estrutura da autoridade mo-

netária está funcionando bem, o que é pouco provável, ou o sinal passou de amarelo para vermelho”, reprovoou o líder.

A criação do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) foi anunciada pelo Banco Central ontem (18), em meio à alta da inflação. O comitê será composto pelo presidente e diretores da autoridade, todos com direito a voto. Os chefes de departamento de áreas relacionadas à preservação do equilíbrio econômico também participarão, mas sem direito a voto.

Atribuições do grupo:

- Orientar a atuação do BC em fóruns nacionais e internacionais relacionados à regulação e fiscalização do sistema financeiro no mercado de capitais e o relacionamento da autarquia com entidades detentoras de informações úteis à manutenção do equilíbrio das finanças
- Definir as estratégias e as diretrizes do BC para a condução dos processos relacionados à estabilidade financeira
- Alocar responsabilidades entre as unidades internas envolvidas, com vistas à atuação integrada e coordenada
- Determinar a realização de estudos, pesquisas e trabalhos relativos a economia e prevenção do risco sistêmico

Deputados condenam respostas de empresas sobre problemas no setor aéreo

Em audiência na Câmara, deputados definiram como um caos a estrutura dos aeroportos brasileiros. Para **Ota- vio Leite (RJ)**, o governo é o responsável pelo transtorno causado ao usuário pelas companhias, que atrasam voos e vendem número de passagens maior do que a disponibilidade de assentos. Segundo ele, o PT está perdido e “prejudica a expansão da malha aérea.”

A venda de bilhetes além da capacidade, segundo **Vanderlei Macris (SP)**, ocorre porque duas empresas monopolizam o setor. Sem fiscalização, as companhias combinam procedimentos. Para o deputado **Delegado Waldir (GO)**, as explicações dos representantes das empresas aéreas aos parlamentares não convenceram.

Carlos Roberto (SP), por sua vez, afirma que o problema está ligado à segurança dos passageiros. “Nossos aeroportos não têm condições de operacionalização.”

Presente à audiência, o deputado **Carlos Sampaio (SP)** defendeu uma Comissão Parlamentar de Inquérito. “Seria o caso de subscrevermos a CPI que está em andamento.”

Já **Mara Gabrilli (SP)** reprovou o desrespeito aos portadores de necessidades especiais. Ela lembrou que as companhias não cumprem os descontos de 80% aos acompanhantes de deficientes.



Parlamentares sugerem mudanças em sistema de avaliação educacional

Os deputados **Rogério Marinho (RN)** e **Eduardo Barbosa (MG)** estão preocupados com as avaliações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Eles participaram de audiência da comissão especial sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), que analisa a política educacional do governo para o decênio 2011-2020.

Marinho criticou a falência do sistema de ensino. “A educação no Brasil está muito ruim e precisamos melhorá-la. A fórmula para corrigir a fragilidade só é possível com um diagnóstico acertado.” Ele propõe que os índices da Prova Brasil e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) sejam publicados para que haja uma análise da qualidade do ensino.

Eduardo Barbosa defende o aperfeiçoamento do Ideb, pois o índice exclui os alunos que não fazem as avaliações ou respondem incorretamente. “Com isso não se consegue identificar aqueles que não estão tendo um processo de aprendizagem na escola.”

Para ele, o sistema de avaliação é frágil e o PNE precisa valorizá-lo. “O Plano não pode ser centrado em metas apenas quantitativas. Temos que nos preocupar com a qualidade do aprendizado e eu acredito que isso não está explícito no PNE.”



Leia também em nosso blog:

- Imbassahy solicita apuração de denúncias de irregularidades no Ecad 
- Câmara convida representante religioso para audiência sobre prevenção e tratamento de dependentes de álcool 
- Aécio Neves exige cumprimento de acordo para restringir abuso de MPs
- Censo 2010 mostra que pobreza está muito longe de ser superada no país
- Porto de Santos é o primeiro a receber visita técnica de subcomissão comandada por Mourão
- Direto do Twitter, com os deputados Vanderlei Macris (SP), Paulo Abi-Ackel (MG), Eduardo Barbosa (MG), Andreia Zito (RJ) e Vaz de Lima (SP)
- Direto do Plenário, com os deputados Vanderlei Macris (SP), Paulo Abi-Ackel (MG) e Antonio Carlos Mendes Thame (SP)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editores: Elisa Tedes e Gabriel Garcia ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno, Laize de Andrade e Letícia Bogéa ■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 